

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.180 - MT (2019/0215332-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**
ADVOGADOS : **OZANA BAPTISTA GUSMÃO - MT004062**
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO(S) -
MT003127A
AGRAVADO : **CRBS S/A**
ADVOGADOS : **CAROLINA KANTEK GARCIA NAVARRO - PR033743**
ANAMARIA JORGE BATISTA E DAVID - PR035250
JOSE BASTOS NETO - PR068489
CAROLINA VONSOWSKI LICHACOVSKI - PR065096

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCESSIONÁRIA DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. MAJORAÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. ART. 9º, § 1º, X, DO RISTJ. REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO A UM DOS MINISTROS INTEGRANTES DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. – contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que inadmitiu o recurso especial, manejado em desfavor de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 365-366):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DEVER DE RESTITUIR - RECONHECIDO PELA SENTENÇA - JUROS DE MORA 1% AO MÊS - VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - ALTERAÇÃO PARA 0,5% AO MÊS NO PERÍODO - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Computam-se os juros de mora à taxa de 0,5% ao mês, até 10.01.2003 – data da entrada em vigor da Lei nº 10.406/2002 – nos moldes do artigo 1.062 do Código Civil de 1916, e à taxa de 1% ao mês, a partir de 11.01.2003, nos termos do artigo 406 do Código Civil de 2002.

Dispõe o art. 9º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça que a natureza da relação jurídica em litúgio determina a competência entre as Seções desta Corte

Superior Tribunal de Justiça

e, no caso, está-se diante de competência da Primeira Seção, disciplinada no inciso X do § 1º do art. 9º do referido regimento interno.

Desse modo, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator